

Jornalismo e democracia: o papel do mediador*

Francilaine Munhoz Moraes[†]
Zélia Leal Adghirni[‡]

Índice

Introdução	2
1 Jornalismo e democracia	3
2 Atores Sociais	5
3 Análise e discussão	8
Considerações finais	11
Referências	11

Resumo

Pensar a mediação jornalística e o universo dos sujeitos no processo democrático brasileiro a partir das tecnologias digitais é a proposta deste artigo. Partimos do princípio de que a rede mundial de computadores alterou o modo de fazer jornalístico, incorporando o cidadão como produtor e consumidor de informação. A cobertura do episó-

*Este artigo foi publicado originalmente na Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v.14, n.2, maio/ago.2011.

[†]Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil. moraesfranci@yahoo.com.br.

[‡]Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade de Grenoble 3 (França). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil. zeliadghirni@gmail.com.

dio Ficha Limpa pelo site Congresso em Foco, produzido em Brasília, foi o cenário do estudo de caso. Com base no campo metodológico da Hermenêutica de Profundidade, a pesquisa revelou que as possibilidades de interação entre sujeitos criam novos contornos à posição histórica do jornalista como mediador do debate público. O estudo percebeu uma comunicação baseada na intersubjetividade, em que uma situação comum e coletiva pode conectar cidadãos e jornalistas.

Palavras-chave: Jornalismo, Mediação, Democracia, Internet.

Abstract

This article analyzes journalistic mediation and the universe of individuals in the Brazilian democratic process considering the influence of digital technologies. We begin from the principle that the global computer network has changed the way journalism is conducted, by incorporating citizens as producers and consumers of information. The journalistic coverage of the Ficha Limpa [Clean Record] episode by the website Congresso em Foco [Focus on Congress], produced in Brasilia, was the scenario for the case study. Based in the methodological field

of Depth Hermeneutics, the study revealed that the possibilities for interaction between subjects create new contours in the historic position of journalists as mediators of public debate. The study perceives a communication based on intersubjectivity, in which a common and collective situation can connect citizens and journalists.

Keywords: Journalism, Mediation, Democracy, Internet.

Introdução

A explosão das tecnologias digitais transformou profundamente as práticas jornalísticas. Produzir e consumir informações não são mais pólos opostos da comunicação. Fazem parte da mesma "nuvem" que armazena, dissemina e multiplica a informação.

Antes mesmo que o Supremo Tribunal Federal (STF) decretasse o fim da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício do jornalismo¹, diante da tela do computador, qualquer pessoa já podia exercer o direito à liberdade de expressão pelos sites e pelos blogs e, recentemente, pelas redes sociais. As tecnologias móveis e os *tablets* vieram potencializar a capacidade de produzir informações de modo não profissional. Segundo Gomes (2001), "a rede permite uma circularidade de papéis em que qualquer receptor pode tornar-se emissor e provedor de informação, produzindo-a e distribuindo-a por rede, ou simplesmente repassando informações produzidas por outros".

¹A declaração de inconstitucionalidade do decreto-lei 972 de 1969 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) instituiu o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo em 2010.

Acreditamos que esse contexto não suprimiu a histórica função mediadora jornalística, pelo contrário, "o volume cada vez maior de informações reforça o papel do jornalista como mediador entre o mundo e os cidadãos"(WOLTON, 2004, p. 311). Mediar talvez seja uma alternativa atual de sobrevivência da profissão, resgatando o papel de costureiro das narrativas expostas pelos diferentes atores sociais. A internet representa hoje talvez o espaço de mediações por excelência. Sem contornos territoriais, a rede promove o encontro, na igualdade horizontal, entre jornalistas, cidadãos e eleitos, estimulando a discussão dos temas da atualidade no espaço público.

O objetivo deste artigo é debater a mediação jornalística frente às possibilidades de participação do cidadão no processo de construção do noticiário na web². O recorte deste trabalho situa essas práticas no espaço de confluência entre o jornalismo e o desenvolvimento da democracia brasileira. Escolhemos como cenário para investigar esse fenômeno o site jornalístico Congresso em Foco³, devido à particularidade de sua cobertura jornalística e aos objetivos autoproclamados de sua equipe de redação: "auxiliar o (e)leitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos, contribuindo assim para melhorar a qualidade da representação política no país". A análise atenta deste site revela-se emblemática para a interpretação de um novo modo de fazer jornalismo, baseado na rapidez e na interativi-

²Esse viés integra o projeto de pesquisa *Mudanças estruturais no jornalismo: identidades, práticas, rotinas, públicos e mídias* registrado no CNPq sob a coordenação de Zélia Leal Adghirni.

³Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/>.

dade, graças ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação digitais.

Os suportes são as teorias construcionistas da notícia (TRAQUINA, 1999; SOUZA, 2002) que percebem a notícia como construção social da realidade, o paradigma sociocêntrico (MOTTA, 2005), que considera o jornalismo permeável às contradições e às pressões da sociedade civil; os construtos sobre internet que privilegiam o uso social da tecnologia (LANDOW, 1997); e o campo metodológico da Hermenêutica de Profundidade (THOMPSON, 1995), que analisa fenômenos sociais como construções simbólicas significativas mediadas pelos meios de comunicação.

O artigo apresenta o contexto do objeto em estudo ao relacionar o jornalismo à democracia brasileira (item 2), bem como nosso entendimento sobre os atores sociais envolvidos (item 3) a fim de pesquisar e debater esses elementos no cenário em questão (item 4) e trazer, por fim, nossas considerações sobre o tema (item 5).

1 Jornalismo e democracia

A fim de expormos o prisma em que vemos as imbricações entre jornalismo e democracia, é fundamental pensarmos o jornalismo nas suas relações com a estrutura social e o processo histórico específico nos quais está inscrito. Desse modo, delimitamos este trabalho às duas últimas décadas de jornalismo praticado na internet.⁴

O período é marcado pela liberalização e oscilação no mercado econômico; inves-

⁴O período em análise compreende os anos 1990, quando começaram as primeiras experiências no Brasil com jornalismo na internet, até os dias atuais.

timentos em tecnologia; popularização no acesso e uso da internet; miniaturização, mobilidade e multiuso dos dispositivos; surgimento contínuo de interfaces midiáticas, bem como de novas formas e modos de uso social da web.⁵ No jornalismo, tal contexto relaciona-se à presença crescente da tecnologia nas práticas diárias e consequentes mudanças oriundas dessa realidade. O cenário caracteriza-se pelo grande volume de informação; disputa intensa pelo mercado, hiperconcorrência entre as empresas jornalísticas, que cada vez mais se fundem com empresas de tecnologia, formando conglomerados de comunicação; novas exigências com relação ao profissional, que passa a ter que lidar diariamente com o uso dessa tecnologia; produção simultânea da notícia para distintas interfaces em um ambiente de convergência; possibilidades de intervenção do público no processo jornalístico, entre outros elementos.

Esse conjunto de referenciais do jornalismo contemporâneo, cuja fase é denominada por Brin, Charron e Bonville (2004) de jornalismo de comunicação, implica em maior importância do elemento comunicação com o público. Segundo os autores canadenses, o contexto marcado pela concorrência do mercado midiático e a superabundância de mensagens leva as mídias e seus profissionais a se preocuparem com as preferências do público. Como consequên-

⁵Citamos como exemplo a rápida migração dos computadores de mesa – *personal computer* (PC) – para os notebooks e mais recentemente para os *smarthphones* e *tablets*. Esses aparelhos representam a crescente miniaturização, mobilidade e interfaces dos dispositivos tecnológicos usados nesse período, os quais, de certo modo, permitiram a popularização das mídias sociais.

cia, afirmam, os jornalistas tentam estabelecer com o público, cada vez mais, laços de convivência e de intersubjetividade. No âmbito do discurso, em paralelo, estão em ascensão os gêneros jornalísticos que dão amplo espaço ao comentário, sendo que a notícia incorpora mais e mais julgamentos do público.

No Brasil, àquelas características globais somam-se algumas particularidades. Similar ao que ocorre no restante do mundo, o país também está exposto ao crescente uso e popularização da tecnologia nas duas últimas décadas. No entanto, aqui essa realidade encontra um momento histórico marcado pela ascensão de um novo público que emergiu do processo de democratização brasileira, conjuntura que significa para o jornalismo, segundo Porto (2010, p. 107), além de um novo mercado consumidor de informação, o desafio de produzir um conteúdo pluralista e equilibrado.

É nesse contexto que localizamos as relações entre jornalismo e democracia. Quanto a esse aspecto, os cientistas políticos Biroli e Miguel (2010, p. 9, 17) consideram que "[...] a mídia se tornou o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns", substituindo, em alguns casos, os próprios partidos políticos, tradicionalmente os mediadores dessa relação. Sobre a prática social jornalística, os autores avaliam que "[...] a interação da imprensa com as instituições políticas democráticas pode ser considerada um dos aspectos centrais da atividade do jornalismo".

Entre as várias dimensões de estudo dessa relação, estamos interessados no viés que percebe o fenômeno no ambiente web. Ao expor sobre democracia digital, Gomes (2010, p. 246) defende uma percepção

menos idealista. Nesse sentido, o autor pondera:

Acreditava-se que os intermediários e guardadores de portões, que tradicionalmente se põe entre a sociedade civil e o Estado (partidos políticos, burocracia, corporações, indústria da informação) e entre os diversos componentes da sociedade civil mesma (a comunicação de massa), podiam então ser finalmente evitados na era da comunicação em rede. O cidadão poderia se relacionar diretamente ao Estado ou ao sistema político, sem a mediação dos meios de comunicação ou das instituições intermediárias. No início deste século, contudo, a perspectiva democrata participacionista mudou no que tange à internet (2010, p. 246).

Atualmente, segundo o autor, não existem democracias digitais, mas iniciativas digitais pró-democracias em estados democráticos reais. Para ele, não deveríamos jogar fora as conquistas da democracia liberal, porque ela é a base a partir da qual negociamos as demandas de aprofundamento da democracia contemporânea, também no seu formato digital. "Visibilidade, prestação de contas e participação eleitoral são requisitos e remédios liberais que podem ganhar enorme reforço na configuração digital", acredita. Nesse raciocínio, a ênfase na participação é mais razoável numa perspectiva cumulativa do que alternativa.

A receita do autor é "incorporar ao cardápio liberal clássico (que contém informação que promova transparência, abertura

e prestação de contas dos agentes políticos), doses importantes de outras especiais (oportunidade de participação pública e de engajamento cívico – canais de comunicação entre os cidadãos e instituições intermediárias)". (GOMES, 2010, p. 254)

Pelas ponderações expostas, entendemos a pertinência do estudo sobre a mediação, tanto no aspecto da mídia como instituição intermediária entre arena política e cidadania, como no que tange aos próprios atores sociais partícipes dessa relação, os jornalistas e os cidadãos, temas tratados a seguir.

2 Atores Sociais

Os atores sociais envolvidos na relação são os jornalistas mediadores e os cidadãos participantes.

2.1 Mediadores

Ao mesmo tempo em que oferece incontáveis possibilidades no campo do jornalismo e das redes sociais, a internet também criou o caos no mundo das comunicações. O excesso de informação traz a dispersão cognitiva, a credibilidade ambígua, a insegurança das fontes, a manipulação dos dados. Coloca em xeque um dos princípios sagrados do jornalismo: a busca da verdade dos fatos.

Em meio à profusão de notícias que chegam por todos os tipos de tela e de textos recém-lançados no mercado das tecnologias digitais (sujeitos a novas invenções que tornarão obsoleta amanhã a maior novidade de hoje) o cidadão está perdido. Precisa de alguém para ordenar o caos. Neste aspecto, alguns pesquisadores da área (NEVEU, 2006; RINGOOT; UTARD,

2005; MACHADO; PALACIOS, 2003) consideram que o jornalista pode exercer o papel de organizador do tráfego de afluência na rede. E ele é quem vai selecionar (uma nova forma de *gatekeeper*?), filtrar, hierarquizar as informações despejadas em fluxo contínuo. Adghirni (2008) salienta o recorde brasileiro de jornalismo em tempo real que se realizava no início da década. A notícia mais importante era aquela que acabava de acontecer, aquela que era acionada por um impulso mecânico de um digitador sobre uma tecla. Hoje, dez anos depois da “febre do tempo real”, as notícias voltaram a ser definidas em função dos tradicionais critérios de noticiabilidade.

O formato das notícias também mudou e hoje não se trata mais de se ater ao texto breve, em pirâmide invertida, mas de contemplar as informações em todos as suas representações textuais e gráficas, em áudio e em vídeo. As rotinas jornalísticas, nesse sentido, imitam as redes sociais, trazendo configurações de subjetividade e engenharia estética aos padrões convencionais da rede.

A internet é uma das invenções mais significativas do atual momento histórico, em que o verbo estar se conjuga no presente. É um lugar de encontro e de debate. A realização da cidadania tem a ver com a constituição de lugares de encontro e de comunicação para construir com o outro os sentidos da cidadania. Segundo Warat (2001, p.156), cidadania quer dizer ter opinião e ter direito a expressá-la. E poder decidir por si mesmo. O objeto e o objetivo dessa decisão, desse poder decidir, foram mudando com o correr dos tempos e da história. Desse modo, o futuro da cidadania e dos direitos humanos é a mediação, como cultura e como prática, para sua realização na experiência cotidiana

das pessoas. Para o autor, "o grande desafio da Idade Digital é a de poder transformar a fusão da cidadania e dos direitos fundamentais em experiências existenciais, passando dos acordos mafiosos aos processos de mediação". (WARAT, 2001, p.157)

Entendemos que a produção e a distribuição da notícia em rede têm forte impacto no espaço público revisitado por Wolton (2004) que salienta o triunfo da comunicação no "triângulo infernal": mídia, política, cidadão. A web seria um exemplo particular desse triunfo na medida em que representa um espaço de disputa social e política ampliado, sem fronteiras determinadas, ou seja, um universo em expansão permanente. Aqueles que souberem se apropriar desse espaço conquistam um novo território de poder.

Na democracia, segundo Silva (2005, p. 9), o jornalismo é um campo de mediação, que proporciona a circulação entre os diferentes espaços que compõem o espaço público, este definido por Wolton como: o espaço comum (espaço de circulação e expressão); o espaço público (espaço de discussão, do debate) e o espaço político (da decisão, do poder estabelecido, governo e Estado), que é o menor dos espaços, mas que tem o poder de decisão que os demais não têm.

Nesse contexto, o jornalista é aquele que circula entre os três espaços, daí seu poder de influenciar a sociedade e de interferir na *agenda-setting*. Para Wolton (2004, p. 197), não existe democracia sem comunicação e, por comunicação, deve-se entender as mídias e sondagens, mas também o modelo cultural favorável à troca entre elites, dirigentes e cidadãos.

2.2 Cidadãos

A concepção de cidadania no Brasil está ligada ao esforço de construção da democracia, segundo Carvalho (2002), que narra o "longo caminho" desse processo histórico.

Ele lembra que havia certa ingenuidade no modo como percebíamos a questão tão logo foi promulgada a constituição de 1988, denominada, inclusive, de constituição cidadã. Considerando que o fenômeno é complexo e historicamente definido, o autor analisa desdobrando a cidadania em direitos⁶ e percebendo suas ligações com as instituições democráticas brasileiras. Nesse aspecto, Carvalho entende que o direito de participação nunca foi tão difundido em nosso país, no entanto, o enfrentamento dos problemas sociais, como a violência urbana, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde, entre outros, avançam em ritmo lento. Em consequência, "[...]os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos"(CARVALHO, 2002, p. 8). Portanto, pelo descompasso entre a conquista de certos direitos e a negligência de outros, segundo este autor, temos a "sensação desconfortável de incompletude"(2002, p. 219) e o modo como a enfrentamos molda o perfil do cidadão brasileiro.

Canclini (2008. p. 217, 224) nos alerta que "precisamos repensar ao mesmo tempo as políticas e as formas de participação,

⁶"Os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva". (Carvalho, 2002, p.10)

o que significa ser cidadãos e consumidores". Nesse aspecto, o autor considera que as sociedades civis aparecem cada vez menos como comunidades nacionais e "[...] manifestam-se principalmente como comunidades hermenêuticas de consumidores", que se configuram como conjuntos de indivíduos que compartilham gostos e pactos de leitura em relação a bens simbólicos por meio dos quais adquirem identidades comuns. Ainda que não seja possível, segundo ele, generalizar as consequências sobre a cidadania resultantes desta participação crescente mediante consumo, vale observar que se por um lado a organização individualista dos consumos tende a nos fazer desconectar, como cidadãos, das condições comuns e da solidariedade, por outro lado, a expansão das comunicações e do consumo também pode propiciar lutas sociais melhor informadas sobre as condições nacionais.

Entendemos, neste trabalho, que o direito de participar, um dos elementos centrais da cidadania, ganha novos espaços à medida que a internet se incorpora avidamente ao nosso cotidiano. Os seus usos sociais imprimem novos contornos à noção de cidadania, de público e de consumidores, interligando essas três noções. Essas acepções são aqui examinadas no atual ambiente de convergência midiática.

Para o jornalismo, a complementaridade entre a mídia digital e as tradicionais leva o termo público a significar, simultaneamente, leitor, telespectador, ouvinte e usuário. Essa noção aparentemente simples nos leva a questionamentos mais complexos como, por exemplo, como esse público deve ser entendido. O diretor do programa de Estudos de Mídia Comparada do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Henry Jenkins

(2009, p. 30) ao tratar sobre a cultura da convergência, afirma:

A convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossas vidas cotidianas.

Ele acredita que as próximas transformações na notícia e no entretenimento virão do reconhecimento da importância do papel que os consumidores podem assumir não apenas aceitando a convergência, mas na verdade conduzindo o processo. Nesse ambiente, uma das tendências é "[...] permitir aos consumidores arquivar e comentar conteúdos, apropriar-se deles e colocá-los de volta em circulação de novas e poderosas formas". (2009, p. 46)

A partir dessas ideias, o sentido de cidadão neste trabalho está ligado ao universo dos sujeitos que têm o direito de participar do processo histórico-político, o qual integram e constituem. O mecanismo usado para investigá-los são os modos como esses sujeitos participam, consomem e se apropriam das mídias em suas vidas cotidianas no atual contexto de convergência. Tratamos, pois, do público consumidor específico que interage porque é ciente do seu direito de participação.

Por extensão, adotamos o conceito de cidadania como "atividade que consiste na autoconstrução do sujeito social enquanto partícipe e copartícipe da vida pública, entendida como inserção civil do indivíduo na polêmica do que é melhor para todos" (SILVA, 2011, p. 99). Essas construções serão discutidas em estudo de caso analisado no próximo item.

3 Análise e discussão

A partir das ideias trazidas a esse debate, o objetivo desta análise qualitativa é interpretar, com base na metodologia desenvolvida por Thompson (1995), as práticas sociodiscursivas de mediação situadas no contexto e nos pressupostos até então delineados neste artigo.

O site jornalístico Congresso em Foco é o cenário eleito para nossas observações. Constituem o corpus empírico deste trabalho entrevistas com profissionais⁷ e material jornalístico publicado pelo site, com ênfase na série de reportagens "Sinal Amarelo".

3.1 Cenário

A poucos quilômetros de distância do Congresso Nacional, o Congresso em Foco pode ser considerado um observador privilegiado do que acontece no poder legislativo brasileiro. Na internet desde 2004, o site superou um milhão de visitas⁸ de janeiro a

⁷Para esta pesquisa, foram entrevistados o diretor-geral Sylvio Costa e os editores Gustavo Lago e Edson Sardinha, no dia 6 de maio de 2011, na sede da redação do site.

⁸De acordo com os dados do *Google Analytics* (<http://www.google.com/analytics/>), o Congresso em Foco acumulava 1.011.204 visitas

maio de 2011, 42% a mais em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Sob o lema "jornalismo para mudar", o site tem a peculiaridade, como o próprio nome revela, de cobrir exclusivamente o Congresso. Outra especificidade é seu ambiente midiático: originou-se e consolidou-se na web. A inclusão no portal da UOL ocorreu em maio de 2010, quando o site já havia ganhado o reconhecimento do mercado como produtor de conteúdo especializado, como atesta o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa em 2009. Tendo por base o jornalismo investigativo, a credibilidade profissional veio, em grande parte, pelo trabalho de levantamentos *accountability*⁹. Este viés continua sendo a tônica atual como, por exemplo, as matérias que figuram entre as mais acessadas no primeiro quadrimestre de 2011: "Veja quanto cada parlamentar tem de patrimônio" e "21 senadores tiveram mais de um ano de faltas"¹⁰.

O conteúdo do site prioriza coberturas especiais com essa mesma proposta, como aquelas que integram o "Mapa da Mina", a

entre 1º de janeiro e 5 de maio de 2011. Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_Canal=1&cod_Publicacao=36973.

⁹Embora não haja tradução exata do conceito em português, trata-se da ideia de responsabilização e prestação de contas. Refere-se à obrigação de membros de órgãos administrativos ou representativos de prestar contas a entidades controladoras ou a seu público. É usado em circunstâncias que denotam responsabilidade social, imputabilidade e cumprimento de obrigações (PAULINO, 2008, p. 91).

¹⁰Disponível em http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_publicacao=36694&cod_canal=21 e http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_canal=21&cod_publicacao=35895, respectivamente.

exemplo de "Farra das Passagens", "Políticos Processados", "Doações de Campanha" e "Concessões de Rádio e TV". No "Espaço do leitor", o apelo à participação é claro em "A palavra é sua" e "Faça a sua parte", além de "Mande uma notícia" e "Envie sua imagem".

O perfil da audiência revela a especificidade de seu público. Dentre os 27 mil usuários cadastrados, a maioria tem graduação (44%), sendo que 25% têm pós e o restante (31%) concluiu o ensino médio. Percebemos a alta escolaridade dos leitores se a compararmos com o universo dos eleitores brasileiros, no qual, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, apenas 14% tem nível superior completo ou incompleto. Cerca de 60% têm entre 40 e 69 anos de idade e a maioria reside em Brasília (16%) e em São Paulo (15%). Nas redes sociais (Facebook e Twitter), o perfil é semelhante, com mais de 13 mil seguidores.

Integram a equipe de trabalho oito profissionais, a maioria é jornalista experiente em cobertura política. Durante entrevista, o diretor-geral Sylvio Costa resume o que é o Congresso em Foco: "Estamos na internet voltados para transparência de dados governamentais e públicos".

3.2 Práticas sociodiscursivas

Entre as formas de analisar a mediação entre jornalistas e cidadãos, optamos pelo enfoque nas práticas sociodiscursivas do fenômeno. Em primeiro lugar, é interessante perceber as posições dos sujeitos¹¹. O principal ob-

¹¹A Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 1995), metodologia adotada neste trabalho, prevê em seu modelo interpretativo, para a análise discursiva, o uso de ferramentas e métodos oriundos da Análise do Discurso, como a desenvolvida por Porto (2010). A

jetivo anunciado pelo próprio site é "auxiliar o (e)leitor a acompanhar o desempenho dos representantes" políticos. Entendemos que, na posição de sujeito da enunciação, o site assume uma intenção e uma promessa cívica para com seu leitor. Por outro lado, delimita seu público almejado no leitor-eleitor, ou seja, não é qualquer leitor, o conteúdo se dirige àquele cujo perfil não é apenas o de detentor do direito político do voto, mas principalmente àquele que está interessado em acompanhar seus representantes no parlamento e, portanto, comprometido em exercer esse direito ao longo do mandato. Esta característica o qualifica como leitor-cidadão. Desse modo, a responsabilidade autoproclamada do site de "melhorar a qualidade da representação política de nosso país" é dividida como o leitor-cidadão. A estratégia é cumprir a promessa de produtor da informação "independente" desde que o leitor cumpra a dele de "acompanhar" o conteúdo publicado. Trata-se, pois, de uma responsabilidade compartilhada.

Interessa-nos perceber, no discurso, até que ponto os cidadãos compartilham suas visões do mundo político com os jornalistas. Para tanto, elegemos a série "Sinal Amarelo" sobre o episódio Ficha Limpa¹², que simboliza, segundo os profissionais, "a adesão do Congresso em Foco a causas que melhorarão o desempenho da democracia brasileira" e, a nosso ver, exemplifica uma experiência de interação com os cidadãos.

O nome "Sinal Amarelo" resulta de uma intenção é buscar as posições dos sujeitos da enunciação.

¹²Oriunda de um projeto de lei de iniciativa popular, coordenado pelo Movimento de Combate à Corrupção, a Lei da Ficha Limpa impede a candidatura de políticos condenados por um colegiado.

mudança gráfica no site que coloriu suas páginas de amarelo entre os dias 24 de setembro e 3 de outubro de 2010 em sinal de alerta ao passado de candidatos ao pleito eleitoral daquele ano. Segundo o editor Edson Sardinha, a intenção era ampliar o foco às vésperas das eleições, uma vez que "o acompanhamento da ficha criminal dos parlamentares está no DNA do site".

A série começou no dia 13 de setembro, com a publicação da lista dos candidatos que respondiam à processo no Supremo Tribunal Federal. Duas semanas depois, no dia 24, eles pintaram o site "para alertar o eleitor de que era preciso prestar muita atenção no passado dos candidatos antes de ir às urnas", resume. Um painel foi montado no dia 27 com os candidatos que foram barrados pela Lei da Ficha Limpa ou réus em ações penais no STF ou presos em ações das polícias Civil e Federal.

Na apresentação da lista, os leitores do site foram convidados a aperfeiçoá-la¹³ mediante informações sobre os candidatos. De acordo com Sardinha, a resposta do leitor foi imediata. "Por email, twitter, telefone e comentário postado na própria matéria, recebemos diversas sugestões para a inclusão de novos nomes", narra. A contribuição dos leitores resultou na inclusão de oito nomes na lista do "Sinal Amarelo" e também na adoção de um novo critério: a dos parla-

¹³Íntegra do chamado publicado pelo site no dia 27/09/2010: "Lista esta que, sabemos bem, pode ser aprimorada. Agradecemos a quem puder contribuir com informações ou sugestões nesse sentido, e desde já nos colocamos à disposição para recebê-las. Basta escrever para redacao@congressoemfoco.com.br. O mesmo endereço vale para os candidatos que tenham quaisquer esclarecimentos a dar."

mentares que tinham sido alvos de parecer pela cassação no Conselho de Ética da Câmara ou do Senado. Notamos aqui que as intervenções dos leitores não apenas ampliaram o conteúdo da reportagem, como também modificaram os critérios estabelecidos previamente na pauta original. Para o editor, foi "uma experiência rica, em interatividade e cidadania, e que será aperfeiçoada numa próxima edição".

Por outro lado, notamos que a mediação jornalística se fez também pela decisão de recusar as sugestões dadas pelos leitores, ora por não se encaixarem em critérios de objetividade adotados pelo site, ora para evitar incorreções. Consideramos que, nesse episódio, o site foi um espaço onde os leitores puderam influir no desenvolvimento da notícia e, por extensão, no desenrolar do conflito e na defesa de suas opiniões e ideias sobre as eleições.

Esse entendimento aproxima-se da concepção de esfera pública habermasiana, esfera esta em que a mídia, de acordo com Silva (2011, p. 104), é "lócus de debate". Segundo o autor, em uma sociedade democrática e plural, "a verdadeira esfera pública seria o próprio exercício institucionalizado da polêmica". Acreditamos que é justamente na polêmica e no debate que a intersubjetividade¹⁴ no jornalismo contemporâneo mencionada por Brin, Charron e Bonville (2004) – ver item 2 deste texto – pode ocorrer. A situação comum ou coletiva conecta cidadãos e jornalistas em uma interação comunicativa, cuja base pode ser a relação interpessoal. Nesse aspecto, é interes-

¹⁴Adotamos este termo no seu significado elementar: "comunicação das consciências individuais, umas com as outras, realizada com base na reciprocidade". (Houaiss, 2001, p. 1.637)

sante trazer o comentário do editor Rudolfo Lago em sua experiência interativa com os leitores do site, na qual, segundo ele, tanto ocorre a "catarse" quanto a "conversa". Esses elementos devem ser explorados, em estudos futuros, à luz das teorias da Argumentação e da Retórica.

Percebemos, na análise do site "Congresso em Foco", o jornalista como mediador no processo de interatividade, uma das principais características do jornalismo digital. Vemos a iniciativa desse grupo de jornalistas como uma forma de uso da rede para fortalecer o debate no espaço público.

Considerações finais

O estudo empírico percebeu que as práticas jornalísticas podem migrar do conceito de "notícia para o público" rumo à "notícia com o público". A mediação exercida pelo Congresso em Foco, na articulação da narrativa jornalística, não apenas incorporou a sugestão dos leitores à série de reportagens, como também modificou critérios estabelecidos na pauta original. O site tornou-se, às vésperas das eleições de 2010, um espaço em que leitores influenciaram no desenvolvimento da notícia e, de certo modo, na própria arena política, por meio da defesa de suas ideias sobre o episódio Ficha Limpa.

Na prática sociodiscursiva, notamos que os laços de intersubjetividade entre jornalistas e cidadãos ocorrem no lócus do debate. O estudo de caso revela que uma comunicação de reconhecimento mútuo entre os atores sociais pode estar em andamento no atual cenário midiático.

Acreditamos que essas possibilidades de interação criam novos contornos à posição histórica do jornalista como mediador do de-

bate público. É nessa perspectiva que localizamos a contribuição do jornalismo no desenvolvimento da democracia. A ideia é reforçar, por meio das práticas sociodiscursivas de interação, as conquistas da democracia, sendo a principal delas observada neste trabalho o direito de participação dos leitores cidadãos.

Para prosseguir nesse estudo, sugerimos a análise da objetividade jornalística, frente à subjetividade dos sujeitos e a intersubjetividade dessa relação.

Referências

- ADGHIRNI, Zélia Leal. *Jornalismo on-line e identidade profissional do jornalista*. Trabalho apresentado no GT de Jornalismo do X Encontro Nacional da Compós, Brasília, 2001.
- _____. *Jornalismo na internet: uma década de mudanças*. In: Revista Humanidades, p.11-119. n° 55. Brasília: UnB, 2008.
- BRIN, Colette; CHARRON, Jean. BONVILLE, Jean. *Nature et transformation du journalism – Théories et recherches empiriques*. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GOMES, Wilson. *Opinião pública na internet*. Universidade de Brasília, 2001.

- Disponível em: www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/2001.html. Acesso em: 25 maio 2011.
- _____. Democracia Digital: que democracia? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010. 301 p. 241-259.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- LANDOW, George. *Hypertext 2.0: the convergency of contemporary critical theory and technology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Edições GJOL. Calandra, 2003.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura, hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Comunicação e política: um campo em estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010, p.7-24.
- NEVEU, Erik. *Sociologie du Journalisme*. Paris: La Découvert, 2001.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *A pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico*. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Revista eptic online, Aracaju, Sergipe, vol. II, n. 1, 2005.
- PAULINO, Fernando Oliveira. *Responsabilidade social da mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- PORTO, Mauro. The changing landscape of Brazil's news media. In: Levy, David; Nielsen, Rasmus. *The changing business of journalism and its implications for democracy*. [S.I.]: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. Disponível em: <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/publications/risj>. Acesso em: 04 abr. 2011.
- PORTO, Sérgio. *Análise de discurso: o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada*. Brasília: Casa das Musas, 2010.
- RINGOOT, Roselyne; UTARD, Jean-Michel. *Le journalisme en invention*. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- SILVA, Luis Martins da. Democracia, jornalismo e cidadania. In: GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

- _____. Comunicação e cidadania. In: MOURA, Dione et al. (Org). *Comunicação e cidadania: conceitos e processos*. Brasília: Francis, 2011. 304 p. 95-113.
- SOUZA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 5. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.
- WARAT, Luis Alberto. *O ofício de mediador*. Florianópolis: Habitus, 2001.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.